

Matérias do SIMPEP

FIEP e SIMPEP traçam estratégias para o crescimento do setor no Paraná

O SIMPEP – Sindicato das Indústrias de Materiais Plásticos no Estado do Paraná participou do Fórum Setorial do Plástico, promovido pela FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná, no CIETEP, dia 10 de junho. Durante o [evento](#) foram discutidos os caminhos estratégicos para manter a competitividade e o fortalecimento do setor de transformação.

Com um total de 922 empresas no setor plástico, o Paraná é o quarto estado do país em geração de emprego, com 23,6 mil [funcionários](#). Mesmo com números expressivos, o segmento convive com inúmeras dificuldades, como a escassez de mão de obra qualificada, a guerra fiscal entre os estados, falta de incentivo para a reciclagem e o monopólio da matéria prima.

Segundo a presidente do SIMPEP, Denise Dybas Dias, para combater a desindustrialização do Paraná é necessário que o governo veja as indústrias como aliadas na geração de renda e riquezas para o Estado. Uma das reivindicações do setor é com relação à [energia](#) elétrica que deveria ter uma tarifa diferenciada para a madrugada, onde existe energia sobrando e assim poderia equilibrar inclusive o uso em horário de pico.

Outro ponto que precisa ser revisto é o inventivo com imposto diferenciado para a indústria de reciclagem, que contribui com o [meio ambiente](#) transformando um passivo ambiental em um ativo econômico. Segundo o diretor do SIMPEP, Thomas Hoffrichter, o Brasil é um dos poucos países que não fornece subsídios econômicos e tributários para as empresas que trabalham com a reciclagem.

Para o presidente da Fiep, Rodrigo da Rocha Loures, o setor plástico é um dos mais importantes da cadeia produtiva, porque todas as indústria utilizam o material. Loures também considera inaceitável o monopólio da matéria prima numa sociedade democrática, pois esta medida contribui com a desindustrialização.

Um dos detalhes mais discutidos no Fórum Setorial do Plástico foi a qualificação da mão de obra, em que a Fiep se comprometeu em montar uma escola do plástico em São José dos Pinhais.

Fonte: Jornal Indústria & Comércio, [Paranashop](#), [Portal Pingado](#), [Portal Plásticos em Foco](#)

Setor de plástico quer incentivo para reciclagem

As demandas das indústrias do setor foram temas do Fórum Setorial promovido pela Fiep nesta sexta-feira

A falta de incentivos fiscais para a reciclagem prejudica o desenvolvimento da indústria de plásticos no Paraná, segundo empresários e representantes do setor, que participaram do Fórum Setorial realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná nesta sexta-feira (10), em Curitiba. O setor paranaense também é prejudicado pela alta carga tributária e pela alíquota diferenciada do ICMS na compra e na venda de produtos.

"Nosso setor vive um problema de imagem. Muitos falam que o plástico não é bom e causa estragos ao meio ambiente. Entretanto, não podemos viver sem o plástico, que é matéria-prima para os setores automotivo, construção civil, informática, alimentos e equipamentos médicos", disse a presidente do Sindicato da Indústria de Material Plástico (Simpep), Denise Dybas Dias.

O encontro fez parte da série de fóruns setoriais que a Fiep vem realizando desde abril para discutir as demandas e os desafios dos setores industriais e para avaliar de que forma a federação, o poder público e os sindicatos podem melhorar as condições de produção e

alavancar o crescimento de cada um. Os Fóruns são etapas que antecedem o Congresso Paranaense da Indústria, que acontece dias 21 e 22 de junho, em Curitiba, quando os as demandas do setor serão tratados de maneira mais pontual.

"O setor de plásticos é um dos mais importantes da cadeia produtiva, pois todas as demais indústrias precisam dos produtos produzidos por vocês", declarou o presidente da Fiep, Rodrigo da Rocha Loures, destacando que com o trabalho conjunto do sindicato, empresários, e o apoio institucional da Fiep será possível desenvolver o setor no Paraná.

Hoje, a indústria de materiais plásticos está concentrada em Curitiba, São José dos Pinhais, Cascavel, Londrina e Maringá e é composta por 922 empresas e representa 8,04% do setor no Brasil. O Paraná é o quarto estado brasileiro em número de empregados no setor: são 23,6 mil funcionários, representando 7,28% do total de empregados do país, conforme dados de 2009 do Ministério do Trabalho e Emprego via Relação Anual de Informações Sociais (MTE/RAIS).

Segundo os empresários, o Brasil é um dos poucos países que não fornece subsídios econômicos e tributários para empresas que trabalhem com a reciclagem. "Estamos transformando um passivo ambiental em ativo econômico. Estamos desonerando o Estado e não temos nenhum incentivo", disse Thomas Hoffrichter, da Tecno Recycling, de Campina Grande do Sul. "Em outros países, as recicladoras têm isenção de tarifa de energia elétrica e tributação diferenciada", completou.

Para Denise, o incentivo à reciclagem também passa pela mudança de cultura do consumidor. "O plástico vem do petróleo, que é um recurso escasso. Quando jogamos o plástico fora, estamos dando o fim para um bem escasso, que poderia ser reaproveitado. A questão é muito maior e envolve mudança de cultura e incentivo ao consumo consciente", destacou a presidente do Sindicato, lembrando que hoje todos os tipos de plástico podem ser reciclados.

Matéria-prima - A concentração do fornecimento de matéria-prima nas mãos de uma única empresa dificulta o setor. "Não temos a liberdade para escolher o fornecedor nem para negociar os preços. Isso prejudica o setor como um todo, em todo o país", afirmou José Custódio, da Rioplast, de Pinhais. Rocha Loures considerou inaceitável o monopólio numa sociedade democrática, pois esta medida contribui com a desindustrialização. "A falta de concorrência e incentivos contribuem para a desindustrialização de nosso setor produtivo. Temos que reverter essa situação", defendeu.

Fonte: [Portal SENAI](#), [Portal Jornale](#), [Site After Hour](#)

Matérias do Setor

Tribunal de Justiça suspende lei e mantém uso de sacolas plásticas

TJ acata pedido do sindicato de produtores de plástico do Estado de São Paulo e dá liminar para evitar a obrigação de substituição das sacolinhas no comércio da cidade, que consome, em média, 25 milhões de unidades a cada mês

O Tribunal de Justiça suspendeu a lei que determinava o fim do uso de sacolas plásticas em Rio Preto. A lei previa a substituição das sacolinhas por material biodegradável. A regra para estabelecimentos comerciais, como supermercados e farmácias, deveria valer a partir de 13 de julho. A medida também atinge sacos plásticos de lixo.

A suspensão da lei atende a pedido do Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado de São Paulo. A entidade propôs ação de inconstitucionalidade contra a lei de Rio Preto e outras dez cidades do estado apenas neste mês. A assessoria do sindicato não retornou ao BOM DIA para comentar a ação.

A Câmara de Rio Preto chegou a aprovar nesta semana projeto determinando a prorrogação para setembro de entrada em vigor da regra. A nova proposta ainda não foi sancionada pelo prefeito de Rio Preto, Valdomiro Lopes (PSB).

Para suspender a lei, o desembargador Walter de Almeida Guilherme considerou que o município não tem competência para legislar sobre meio ambiente. A prerrogativa seria do governo estadual e também federal. Ao município caberia apenas a possibilidade de criar leis "suplementares" às existentes no Estado e no país.

"O meio ambiente é assunto que interessa a todos entes federativos, incluindo os municípios, não sendo preponderante o interesse local", decidiu o desembargador. O vereador autor da lei, Jorge Abdnur (PSDB), afirmou que a Câmara vai contestar ação. "Eu entendo que o objetivo da

lei é melhorar o meio ambiente. A lei foi aprovada há um ano e meio e não propuseram ação”, disse o vereador.

De acordo com o secretário de Meio Ambiente, Lima Bueno, a briga na Justiça era esperada. “Era mais ou menos aguardada porque deve causar um abalo nas indústrias do setor.” Bueno afirma, porém, que tem apoio de associação de supermercados para trocar as sacolas, mesmo sem a exigência de lei.

O tribunal determinou a notificação da prefeitura e da Câmara para obter detalhes sobre a tramitação do projeto.

Rio Preto consome 288 milhões de sacolas

secretário de Meio Ambiente de Rio Preto, Lima Bueno, disse que a cidade consome em média 25 milhões de sacolas plásticas por mês, o que dá total de 288 milhões a cada ano. “Esse material vai parar no aterro e também entope bueiros”, disse. Segundo o secretário, as sacolas levam mais de cem anos para se decompor.

Fonte: Agência BOM DIA / Jornal Bom dia Sorocaba

Com 'plástico verde', Braskem utiliza cerca de 3% do etanol do país

Com a sua fábrica de 'plástico verde' operando já próxima da plena capacidade, a Braskem prevê consumir neste ano 700 milhões de litros de etanol – o que corresponde cerca de 3% da produção total prevista para o ano no país e faz da empresa a maior compradora de álcool para fins industriais no Brasil. Em termos comparativos, o volume de etanol consumido por ano pela Braskem equivale a 17 dias de vendas do combustível nos postos do país e é maior do que a soma das vendas das distribuidoras nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina em 2010.

Inaugurada em setembro de 2010, em Triunfo (RS), com um investimento de cerca de R\$ 500 milhões, a unidade industrial de eteno derivado de etanol tem capacidade de produção de 200 mil toneladas de polietileno verde por ano, o que representa cerca de 6% da produção de polietileno da Braskem.

As resinas são idênticas. A diferença está na matéria-prima e no apelo ecológico. Em vez do petróleo usado no processo tradicional, é a cana-de-açúcar que vai gerar o etanol que será transformado em eteno e, depois, em polietileno. Segundo a fabricante, o 'plástico verde' retira até 2,5 toneladas de carbono da atmosfera para cada tonelada produzida de polietileno desde a origem da matéria-prima.

A demanda pelo produto, que está sendo adotado na fabricação de frascos de higiene e beleza, embalagens de alimentos, sacolas, sacos de lixo e brinquedos, já supera a capacidade de produção. Segundo o diretor de Negócios de Químicos Verdes da Braskem, Marcelo Nunes, o mercado de biopolímeros está restrito atualmente pela oferta. “O interesse é altíssimo. A demanda é suficiente para absorver outro investimento de um porte até maior do que esse”, afirma.

A Braskem prevê para o 2º semestre de 2013 a inauguração da sua segunda planta de "plástico verde", dessa vez de polipropileno derivado de etanol, e vê espaço para novos investimentos no médio prazo. “A gente tem dito que esse é um produto que já tem receitas da ordem de milhões de dólares e que a gente quer transformar isso num negócio de bilhões de dólares nos próximos cinco, dez anos”, afirma Nunes.

A nova fábrica está orçada em cerca de US\$\$ 100 milhões e deverá elevar a demanda da empresa por etanol para cerca de 800 milhões de litros por ano. O local ainda não foi definido. “O investimento permitirá uma produção anunciada de 30 mil toneladas de polipropileno, que a Braskem já faz planos de elevar para 50 mil toneladas”, diz o diretor. Definitivamente não é concorrência. A gente vai ser um grande consumidor, mas, comparado ao mercado de biocombustível, muito pequeno”

Segundo Nunes, novos investimentos em plantas industriais completas para produção de "plástico verde" terão que estar alinhados ao aumento da produção de etanol no país. Ele afirma, entretanto, que o mercado de biopolímeros não irá concorrer com o de biocombustíveis. “O Brasil produz de 25 a 30 bilhões de litros. A gente utiliza uma fração, cerca de 3%”, diz o diretor. “Definitivamente não é concorrência. A gente vai ser um grande consumidor, mas, comparado ao mercado de biocombustível, muito pequeno”, acrescenta. “A gente acredita que vai ter sim um novo ciclo de investimento na indústria de etanol no país para acompanhar a demanda de carros flex, de biocombustíveis e tudo mais”.

Do volume de 700 milhões de litros de etanol que a Braskem prevê consumir neste ano, 465 milhões de litros serão utilizados na produção de polietileno verde. O restante será utilizado

pela planta de produção do aditivo de gasolina ETBE, produto basicamente voltado para exportação.

Para enfrentar os períodos de entressafra e evitar problemas de desabastecimento, a Braskem mantém contratos de longo prazo com as usinas de etanol e costuma manter um estoque de segurança de dois meses de produção para absorver oscilações do mercado. “Como temos a única planta do mundo que produz polietileno verde, não podemos nos dar ao luxo de ter a fábrica parada e não ter o produto para entregar para o cliente”, afirma Nunes.

Para as futuras plantas, a Braskem faz planos de desenvolver projetos mais integrados e mais próximos da produção de etanol, de forma a reduzir os custos de frete.

2ª geração de 'plásticos verdes'

Embora a capacidade da nova fábrica de "plástico verde" seja menor do que a que está hoje em operação, a Braskem acredita que o mercado de polipropileno verde possa ser ainda maior do que o de polietileno verde.

Nunes explica que o polipropileno é uma resina mais dura e resistente, utilizada tanto em embalagens como em bens mais duráveis, como eletrodomésticos e automóveis. “Estamos fazendo uma planta de 50 mil toneladas de produção porque temos restrição em matéria-prima ainda”, diz.

Segundo o diretor, a empresa pretende ter vários contratos de fornecimento assinados antes mesmo da inauguração da planta. “Boa parte da capacidade a gente quer vender em 2011 ainda”, revela.

“Por mais que a tecnologia seja competitiva, você tem um valor intrínseco de sustentabilidade nesse produto, que do ponto de vista de marketing ele precisa ter um preço mais caro”. Atualmente, cerca de 80% da produção de biopolímeros é exportada, com destaque para a Europa, destino de aproximadamente 35% das vendas. Mas a Braskem já possui mais de 20 clientes no Brasil. Entre os clientes, estão empresas como Johnson&Johnson, Tetra Pak, Natura e Brinquedos Estrela.

Embora o "plástico verde" seja mais caro que o tradicional, o produto tem despertado o interesse de empresas que procuram agregar aos seus produtos elementos de sustentabilidade e que estão dispostas a pagar um preço diferenciado. “Por mais que a tecnologia seja competitiva, você tem um valor intrínseco de sustentabilidade nesse produto, que do ponto de vista de marketing ele precisa ter um preço mais caro”, afirma Nunes.

Por ainda ter oferta limitada de fornecimento e ainda não dispor de concorrentes, a Braskem não revela a diferença de preço entre a resina tradicional e a fabricada a partir de etanol. A empresa diz já ter recebido consultas de diversos países interessados em projetos semelhantes, incluindo Tailândia, Taiwan e países da Europa.

“A gente está em processo de avaliação para ver o que é melhor: produzir no Brasil e exportar o produto ou levar uma planta para lá e estar mais próximo do mercado estrangeiro”, afirma Nunes. “A questão básica de levar uma planta para fora é que você tem que levar o etanol. Então você tem uma logística que pode ser impeditiva”, ressalta.

Apesar das oportunidades abertas pelo desenvolvimento de resinas a base de etanol, o executivo acredita que o tende a ficar restrito a um “mercado de nicho” que não irá substituir a base produtiva em larga escala.

“Acho que ainda vai ser muito mais uma questão de restrição de oferta do que de restrição de demanda. Quanto mais a gente conseguir colocar, mais a demanda irá aumentar”, diz Nunes.

A Braskem é a maior produtora de resinas termoplásticas das Américas. Em 2010, registrou um faturamento de R\$ 34,7 bilhões. A companhia possui 31 plantas industriais distribuídas pelo Brasil e Estados Unidos. No Brasil, a produção anual é de 6,4 milhões de toneladas de resinas.

Fonte: G1

Indústria de plástico inaugura escola de consumo consciente

Ensinar consumo consciente, uso racional dos recursos e descarte correto de embalagens, entre as quais sacolas plásticas, a adultos e estudantes de escolas públicas. Este é o objetivo da Escola de Consumo Responsável inaugurada, esta semana, em Blumenau, Santa Catarina, conta Miguel Bahiense, do Plastivida, um dos idealizadores do projeto. — A defesa do meio ambiente só será eficaz se as ações partirem de princípios educativos e não de restrição de um ou outro produto — defende Bahiense, referindo-se indiretamente à proibição do uso de sacolas plásticas, em diversas regiões do país. O modelo — idealizado pela Plastivida em parceria com o Instituto Nacional do Plástico (INP) e a Abief — foi usado em Blumenau e será levado a outros locais do Brasil. A escola, que começou a funcionar no Rio de Janeiro, no ano passado, faz parte do Programa de Qualidade e Consumo Responsável de Sacolas Plásticas,

que já chegou a oito capitais brasileiras (São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Goiânia, Brasília, Rio de Janeiro, Recife e Florianópolis). Segundo os idealizadores, de 2008 a 2010 o programa promoveu a redução do uso de 4 bilhões de sacolas plásticas. Na etapa carioca, o treinamento era feito exclusivamente com funcionários do varejo, tendo sido treinados mais de 400 colaboradores de supermercados. Agora, o projeto passa para outro nível, chegando também às escolas.

Fonte: O Globo online.

Restos da agroindústria são usados em polímero mais resistente

Um grupo de pesquisadores da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), liderado pelo engenheiro agrônomo e professor Alcides Leão, conseguiu transformar resíduos agroindustriais em matéria-prima para a fabricação de superplásticos — mais leves e resistentes. O objetivo dos cientistas é dar um destino adequado a rejeitos que aparentemente não têm valor. No Laboratório de Resíduos da Faculdade de Agronomia da Unesp, a equipe de Alcides Leão se dedica ao estudo do reaproveitamento de materiais descartados nos lixos urbano, industrial e agroindustrial. Quem vive nas grandes cidades nem sempre se dá conta, mas a agroindústria descarta, diariamente, toneladas de casca de arroz, pés de milho, hastes de trigo, cascas de coco e de banana, além de uma série de rejeitos orgânicos identificados cientificamente como lignocelulose. Esse lixo costuma ser queimado para “desaparecer”. O problema é que o processo significa destruir oxigênio. O grupo passou, então, a imaginar destinos mais nobres para o descarte agroindustrial. Uma alternativa imaginada foi sua transformação em novos materiais. Ao longo de uma década, o trabalho rendeu o desenvolvimento das nanofibras de celulose, produto já utilizado na fabricação de peças plásticas para a indústria automobilística e com potencial para servir a área médica e odontológica.

Fonte: Correio Braziliense.

Matérias Nacionais

Para economistas, câmbio valorizado gera processo de desindustrialização

O abalo causado no saldo comercial do país nos últimos anos pode ser o mais simples dos danos provocados pelo real valorizado. Em encontro promovido, ontem, pelos Conselhos Regionais de Economia (Corecon) dos quatro Estados do Sudeste, economistas fizeram um alerta: o câmbio está minando a industrialização do país.

Estamos tendo uma perda de competitividade cambial, que leva a um processo gradual de desindustrialização", disse o professor da PUC de São Paulo, Antonio Corrêa de Lacerda. O estrago já é evidente sobre fabricantes de semicondutores, produtos farmacêuticos e máquinas e equipamentos, que, segundo ele, respondem pela maior parte de um déficit comercial de US\$ 65 bilhões, no ano passado, se analisada somente a pauta de itens de alta ou média tecnologia.

Para Eduardo Costa Pinto, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o risco é que esse efeito fique camuflado por um saldo em transações correntes financiado também por capital de investimento de curto prazo, além das compensações obtidas com a venda de commodities. "Fechar a conta vai ser fácil. O problema é de médio prazo."

Segundo o diretor do Departamento de Competitividade Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Alexandre Comin, "a penetração dos importados na economia brasileira é veloz, ampla e profunda". Há cerca de um mês e meio no ministério, ele levou ao encontro uma versão atualizada de sua tese de doutorado, na qual chamou a atenção para uma estimativa que aponta para salto de 44% no consumo de manufaturados importados no país, em cinco anos.

Entre 2005 e 2010, a penetração média dos importados foi de 13,5% para 19,4% do total consumido internamente. Entre os eletrônicos, a importação já respondia por 35,8%, em 2010. Em contrapartida, o Brasil só abre espaço no exterior com agrícolas, minerais ou combustíveis, de baixo valor agregado. Nem ele, nem os outros economistas presentes acreditam que o peso negativo do câmbio possa ser compensado com ganhos de produtividade.

"A correlação mostra que a exportação acompanha o câmbio", disse Comin, ao mostrar gráfico com série de 1989 a 2010, na qual os dois indicadores cumprem sempre a mesma trajetória,

com pouco ou nenhum descolamento. Comin afirmou que o governo tem pouca margem de manobra com tarifas para conter a penetração crescente dos importados, devido a compromissos com a OMC.

Fonte: Valor Econômico

Indústria reduz investimento, mas quer manter inovação

Pressionada pela desaceleração da atividade econômica e pelo avanço dos produtos importados, a indústria brasileira de transformação deverá reduzir seus investimentos este ano, menos em inovação. Levantamento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) indica que os investimentos das empresas do setor deverão somar R\$ 167,15 bilhões, o que representará redução de 4,7% em relação aos R\$ 175,4 bilhões de 2010. As projeções têm como base uma pesquisa feita com 1.220 empresas com fábricas em todo o País. Desse total, 33% disseram que não pretendem fazer nenhum investimento em 2011. O número é consideravelmente maior que o do ano passado, quando só 23,6% declararam que não fariam investimentos. O investimento em máquinas e equipamentos ainda é a principal parcela dos investimentos empresariais. Deverá representar 73% do total previsto para 2011, apesar da redução de 7,3% no valor, de R\$ 133,1 bilhões para R\$ 122,4 bilhões. Também deverá haver queda de 8,2% dos investimentos em gestão e de 1,5% em pesquisa e desenvolvimento. Os empresários reclamam do aumento dos juros, da excessiva valorização do câmbio e da elevada carga tributária, entre outros fatores que encarecem o custo de produção no País e favorecem as importações.

Fonte: O Estado de S. Paulo.

Mercado reduz projeção para inflação e PIB em 2011

As instituições financeiras reduziram as expectativas para os índices de inflação em 2011, mas elevaram a estimativa para 2012, segundo o Boletim Focus divulgado nesta segunda-feira (13/6) pelo BC. Os agentes de mercado consultados estimam que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerre 2011 a 6,19%, ante projeção de 6,22% verificada na semana passada. Trata-se da sexta semana consecutiva de queda nas projeções, que estavam em alta desde o final do ano passado. Para o próximo ano, as instituições elevaram as projeções do IPCA para 5,13%, ante 5,10% na semana anterior. Já as projeções para o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) em 2011 foram reduzidas para 6,30%, ante 6,70% há uma semana. Para o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), a previsão para 2011 foi cortada para 6,14%, ante 6,79% na semana passada. Por sua vez, o mercado manteve a previsão para a taxa básica de juros do país (Selic) em 2011. As instituições apostam em uma Selic de 12,50% ao final do ano. Já para o fim de 2012, os economistas consultados esperam que os juros atinjam 12,25%. As instituições consultadas pelo BC baixaram a expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2011. As projeções apontam para uma expansão de 3,96%, conta 4% na semana passada. De acordo com o boletim Focus, a projeção para a taxa de câmbio foi reduzida para R\$ 1,60 ao fim deste ano, frente a R\$ 1,61 na semana anterior. Para 2012, a projeção é de que o dólar termine o ano a R\$ 1,70.

Fonte: Brasil Econômico.

Combate à inflação ressalta papel do BNDES na economia

Por trás da expansão econômica do Brasil há um banco estatal que mantém crédito para as empresas. Agora esse motor de crescimento está colidindo com outra necessidade: controlar a inflação. Embora o sucesso econômico do Brasil nos últimos anos seja conhecido em todo o mundo, pouco se reconhece o quanto isso se deve a enormes financiamentos públicos. Para ter uma ideia da escala, os empréstimos concedidos pelo BNDES ano passado, só no Brasil, são o triplo do montante que o Banco Mundial emprestou para mais de cem países. O problema, dizem os que questionam a sensatez disso, é que, ao alimentar a demanda numa economia já em rápido crescimento, esse crédito todo acaba impulsionando a inflação e deixando o Banco Central sem alternativas que não a de impor juros estratosféricos - que oneram outros tomadores de empréstimos e valorizam a moeda, prejudicando as exportações. O real subiu quase 40% em relação ao dólar em dois anos. O debate sobre o papel do BNDES tem ficado mais intenso agora que o Brasil começa a ver alguns dados econômicos menos favoráveis. As previsões de crescimento para 2011 foram cortadas para a faixa de 3,5% a 4%, cerca de metade do índice do ano passado. A expansão no primeiro trimestre foi de 4,2% sobre igual período de 2010. Embora o desemprego seja de modestos 6,4% e esteja em

declínio, a inflação subiu substancialmente, para uma estimativa de 6,5%, mais de um ponto percentual acima do ano passado. O mercado imobiliário está cheio de especuladores, provocando altas de dois dígitos nos preços em algumas cidades e alimentando temores de uma bolha. O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, defende a grande oferta de crédito do banco, dizendo que ele só está preenchendo o vácuo deixado pelo setor privado. O governo reduziu seu aporte ao banco a R\$ 55 bilhões este ano e quer reduzi-lo mais, embora esse valor também continue bem acima do nível de antes da crise. Coutinho definiu planos para reduzir lentamente o papel do BNDES na economia, diminuindo a porcentagem que financiará de grandes projetos. Realisticamente, esse papel só pode diminuir até um certo ponto, por causa dos grandes projetos de infraestrutura previstos para a Copa do Mundo e a Olimpíada de 2016. Estádios e outras instalações terão de ser erguidos. O governo também quer modernizar redes de energia, estradas e ferrovias. Só para a planejada linha férrea que deve ligar São Paulo a Rio, o BNDES deve emprestar R\$ 20 bilhões.

Fonte: Valor Econômico.

Os desafios da reforma tributária

A proposta de uma nova reforma tributária que o governo federal anuncia para o segundo semestre traz importantes desafios a serem enfrentados. Entre eles, está o de simplificar o sistema de arrecadação, torná-lo mais justo para o contribuinte e aos estados produtivos a ponto de melhorar a competitividade do produto brasileiro no mercado internacional e impedir a guerra fiscal que impera, atualmente, em vários mercados. - A incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na cadeia produtiva e no consumo, e a não-devolução do crédito fiscal que esses tributos geram, além de tornar os produtos brasileiros menos competitivos no mercado internacional, contribui, ao lado da taxa de câmbio valorizada, para o crescimento das importações, o que afeta a produção nacional.

Estes impostos indiretos embutidos no preço das mercadorias e dos serviços são socialmente injustos. Não respeitam o princípio básico da justiça tributária: "quem pode mais, paga mais". Ao comprar uma cesta básica, o indivíduo que ganha 10 salários mínimos paga o mesmo que aquele que ganha até três salários mínimos.

A mesma lógica perversa ocorre na distribuição das receitas aos estados. Sob o manto do regime federalista, o sistema de partilha, via fundos de participação dos estados (FPE) e municípios (FPM), privilegia os menos desenvolvidos, estimulando o que poderíamos chamar de "preguiça tributária". Do montante arrecadado por São Paulo, em IR e IPI, apenas cerca de 2% retornam aos cofres do estado e seus municípios. O restante é distribuído aos estados menos desenvolvidos. Este sistema se torna permissivo à medida que não existem mecanismos que os pressionem a melhorar sua arrecadação.

Nas transações do comércio interestadual, as regras de distribuição da receita do ICMS divididas entre origem e destino da mercadoria também foram concebidas para permitir aos estados menos desenvolvidos arrecadar mais. Uma empresa, porém, que se instale em um desses estados que concedem benefícios, ao receber vantagens fiscais do tipo crédito presumido, no ato da venda, permite que as empresas compradoras -muitas vezes pertencentes ao mesmo grupo empresarial- façam uso de um crédito correspondente a um imposto que não foi pago. O Estado de São Paulo está cobrando e busca receber cerca de R\$ 9 bilhões -de impostos, juros e multas- de empresas que adquiriram mercadorias oriundas de estados que aplicam este artifício.

Para os estados menos desenvolvidos, torna-se extremamente vantajoso atrair novas empresas por meio do abatimento da base de cálculo, diferimento (pagamento parcelado) e remissão do ICMS. Uma vez que se trata de uma receita que não existia, não estão abrindo mão de arrecadação. Ainda assim, sabem que existem compensações de curto prazo, por conta da geração de emprego e renda, e de longo prazo, ao viabilizarem uma receita potencial no futuro. Do ponto de vista dos interesses destes estados, o pensamento está correto, mas fere a lógica do sistema federalista de distribuição de receita que já os beneficia.

Outro foco de guerra fiscal está na atração de investimentos por meio da isenção tributária para produtos importados. Os estados-produtores e industrializados são os que mais perdem. Nos últimos anos, São Paulo tem caído no ranking nacional de investimentos, na participação do PIB e em número de criação de empresas. Mas o próprio País como um todo sai prejudicado. Dados da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) apontam que, de 2001 a 2010, o Brasil perdeu R\$ 55 bilhões de reais em arrecadação e 770 mil empregos, com esta prática.

A saída para evitar este desequilíbrio seria a de fixar a cobrança apenas no estado de destino da mercadoria e estabelecer uma legislação de ICMS unificada. Em verdade, há 27 legislações deste imposto no Brasil. Outra briga é quanto à falta de aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) em toda e qualquer alteração das alíquotas feita pelos estados.

A complexidade do sistema tributário atual envolve os contribuintes em um emaranhado de resoluções que surgem a cada dia, aumentando custos administrativos e criando insegurança jurídica que inibe os investimentos produtivos. A discussão da reforma tributária abre uma grande oportunidade de debate na sociedade. E nós, agentes fiscais de renda, desejamos participar, esperando que desta vez possamos alcançar um sistema tributário justo, equilibrado e a favor de todos os brasileiros.

Fonte: DCI

Matérias Internacionais

Obama vê risco de nova crise financeira

O presidente dos EUA, Barack Obama, disse ontem que, se o Congresso não chegar a acordo para elevar o teto da dívida americana, a economia global corre o risco de uma nova crise financeira. “A confiança total e o crédito dos EUA são a base não só do nosso modo de vida, mas do sistema financeiro global”, disse, cobrando acordo dos republicanos. Alerta semelhante foi feito pelo presidente do banco central dos EUA (Fed), Ben Bernanke. Segundo ele, uma suspensão, mesmo que de curto prazo no pagamento da dívida americana, pode causar “sérios distúrbios nos mercados financeiros”. Para Bernanke, um calote pode ainda reduzir a nota da dívida americana (concedida pelas agências de avaliação de risco), gerar dúvidas sobre a solvência dos EUA e criar danos para o papel do dólar e dos títulos do Tesouro nos mercados globais.

Os títulos do governo americano são considerados os mais seguros do mundo e referência para o mercado. A preocupação de Obama e de Bernanke é com o fato de que o Congresso ainda não fechou acordo para elevar o limite da dívida americana. O teto, de US\$ 14,3 trilhões, foi atingido no mês passado, mas o Tesouro vem tomando medidas emergenciais para estender o prazo até 2 de agosto, sem ter que recorrer à venda de títulos para manter as contas em dia. Por trás do impasse, está a disputa política entre democratas e republicanos, acentuada ainda mais à medida que se aproxima a eleição presidencial de 2012. Os republicanos, que têm maioria na Câmara dos Representantes (deputados), não aceitam elevar o teto da dívida sem que o governo se comprometa a cortar gastos, o que pode significar mexer nos programas sociais.

OPOSIÇÃO

A redução dos gastos do governo é uma das principais plataformas da oposição e foi considerada vital para seu sucesso na eleição para o Congresso no ano passado. Desde ontem, as lideranças dos dois partidos estão reunidas em um grupo liderado pelo vice-presidente Joe Biden para tentar chegar a um acordo sobre as áreas do Orçamento que podem sofrer alterações, como subsídios agrícolas. A dívida dos EUA cresce desde que o país entrou em recessão, no fim de 2007.

Fonte: Folha de S. Paulo



WBC COMUNICAÇÃO
Fone/Fax: 41 32470569 - Celulares: 41 91687616 - 41 91328135
E-mail: wbc@sulbbs.com.br

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO